

Cordeiro, Isabela de Lourdes Sena; Silva, Deiriely Mara de Almeida; Vecchia, Marcelo Dalla. A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas: O que dizem os professores?

**A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas:
O que dizem os professores?**

**The school in front of the student that uses drugs and alcohol:
What do teachers say about it?**

**La escuela frente al estudiante que usa drogas y el alcohol:
¿Lo qué dicen los maestros?**

Isabela de Lourdes Sena Cordeiro¹

Deiriely Mara de Almeida Silva²

Marcelo Dalla Vecchia³

Resumo

A forma como o assunto drogas é tratado na escola interfere nas ações de prevenção, o que pode afetar as trajetórias escolares dos estudantes. O artigo busca compreender como o tema é tratado por professores de duas escolas públicas de um município da macrorregião administrativa do Campo das Vertentes, Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual se realizaram grupos focais precedidos da aplicação de um questionário sociodemográfico. Após os grupos, realizou-se análise do conteúdo das falas, o que gerou os seguintes núcleos: a) os professores percebem-se em desvantagem com relação aos deveres do Estado, família e sociedade para com a questão; b) os professores sentem-se incapazes de lidar com o problema, vendo-o como tendo sido banalizado nas escolas; e c) os professores lidam com o problema de modo compatível com a visão que a escola tem do aluno e da comunidade. Nota-se a necessidade de um trabalho intersetorial e a inclusão dessa temática na formação dos professores.

Palavras-chave: Álcool e drogas; Redução de danos; Escola; Professores; Grupo focal.

Abstract

The way the school deals with drugs issues interferes on prevention actions, and may affect students' learning paths. This article aims at the comprehension of how teachers tackle this issue on two public schools at a Brazilian city of the district of Campo das Vertentes, at Minas Gerais state. It is a qualitative research that accomplished focuses groups preceded by the application of a socio-demographic form. After the groups' accomplishment, a content analysis was carried out, producing the following core meanings: (a) teachers understand they are in disadvantage regarding the State, family and society responsibilities on the matter; (b) teachers feel unable to deal with the problem, seeing it as having been trivialized in schools, and (c) teachers deal with the issue compatibly with the school vision of the student and of the community. It was observed the need of an intersectorial work and the inclusion of this issue in teachers' training.

Keywords: Alcohol and drugs; Harm reduction; School; Teachers; Focus group.

¹ Graduanda em Psicologia pela UFSJ, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. E-mail: belinha2352@hotmail.com

² Graduanda em Psicologia pela UFSJ. E-mail: deiryalmeida@hotmail.com

³ Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, Mestre e Doutor em Saúde Coletiva. E-mail: mdvecchia@gmail.com

Cordeiro, Isabela de Lourdes Sena; Silva, Deirielly Mara de Almeida; Vecchia, Marcelo Dalla. A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas: O que dizem os professores?

Resumen

La forma como la escuela aborda los problemas de la droga interfiere en las acciones de prevención, y puede afectar a los itinerarios de aprendizaje de los estudiantes. Este artículo tiene como objetivo la comprensión de cómo los maestros abordan este problema en dos escuelas públicas en una ciudad brasileña del distrito de Campo das Vertentes, en el estado de Minas Gerais. Se trata de una investigación cualitativa con grupos focales precedidos por la aplicación de un cuestionario sociodemográfico. Después de la realización de los grupos, se llevó a cabo un análisis de contenido que ha producido los siguientes significados fundamentales: (a) los maestros dan a entender que están en desventaja con respecto a las responsabilidades del Estado, de la familia y de la sociedad en la materia; (b) Los maestros se sienten incapaces de hacer frente al problema, viéndolo como habiendo sido trivializado en las escuelas, y (c) los maestros se ocupan de la cuestión de forma compatible con la visión que la escuela tiene del estudiante y de la comunidad. Se observó la necesidad de un trabajo intersectorial y la inclusión de este tema en la formación de maestros.

Palabras clave: Alcohol y drogas; Reducción de daños; Escuela; Maestros; Grupo focales.

Introdução

Durante a década de 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) incentivou um plano preventivo para diminuir o uso abusivo de drogas. A escola é um lugar privilegiado para essa intervenção, já que grande parte da população passa pela escola justamente na faixa etária de maior risco e de primeiros usos (Andreoli, Moreira & Silveira, 2006a).

O V Levantamento realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), em 27 capitais do Brasil, com estudantes do ensino fundamental e médio de escolas municipais e estaduais, aponta que, comparando as médias de idade do primeiro uso de cada droga, as idades do primeiro uso do álcool e do tabaco foram as menores de todas as drogas estudadas, sendo respectivamente aos 12,5 anos e 12,8 anos, e a droga com a sua experimentação mais tardia foi a cocaína, com média de 14,4 anos de idade. Evidencia-se, assim, a facilidade do acesso às drogas e a necessidade de que a prevenção ocorra precocemente, por volta dos 10 anos de idade (Ronzani, 2013). Observou-se ainda que, comparando estudantes com e sem o uso de drogas na vida, os alunos com o uso apresentam uma maior porcentagem de defasagem escolar e de ausências na escola do que os alunos sem o uso (Cebrid, 2004).

Esses dados sugerem a importância de a escola estar preparada para lidar com esse problema para que haja um desenvolvimento apropriado das crianças e adolescentes. Além disso, a escola é um espaço fundamental para a formação de cidadãos capazes de fazer escolhas com autonomia e assumirem a importância imediata e futura de suas decisões, com a responsabilidade que lhes cabe. (Andreoli *et al.*, 2006a).

Há duas formas básicas de lidar com o uso e abuso de drogas, de forma geral: pela “guerra às drogas” e pela redução de danos, sendo a primeira opção a mais tradicional e a segunda a mais discutida contemporaneamente. A guerra às drogas teve início nos EUA, a partir da Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, e foi sendo paulatinamente adotada em outros países. Essa política consiste em medidas jurídico-repressivas por meio das quais se procura erradicar o uso de substâncias psicoativas ilegais, impondo a abstinência e enfatizando as campanhas de prevenção que as apresentam como fatores prejudiciais à saúde. Recorre-se à punição e ao constrangimento moral do usuário, negligenciando os prazeres proporcionados pelas drogas (Müller, Paul & Santos, 2008).

A guerra às drogas não é realista, pois entre as sociedades humanas sempre houve o uso dessas substâncias (Carlini-Cotrim, 1998). No entanto, isso se tornou um problema a partir do momento em que a utilização deixou de ser restrita ao uso ritualístico e cerimonial. Considerando, porém, que a erradicação das drogas é uma perspectiva irrealista, as estratégias voltadas à redução de danos são uma alternativa pragmática a ser considerada nas políticas sobre drogas, já que a abordagem que as proíbe, na saúde pública, só tem contribuído para afastar os usuários de drogas dos serviços de saúde, colocando-os na condição de doentes ou de criminosos (Maciel & Vargas, 2015).

A redução de danos consiste, em linhas gerais, em ações preventivas voltadas à educação de usuários e não usuários de drogas, na qual se procura lidar com as informações, prescindindo ao máximo do julgamento moral acerca do interesse por fazer uso, bem como minimizar possíveis danos à saúde daqueles que fazem uso, prejudicial ou não. No caso do uso prejudicial, busca-

se estabelecer um vínculo visando ganhos em termos de autonomia, por exemplo, por meio da diminuição gradativa do uso, fornecendo-se informações para que, caso haja o uso, ele seja feito da forma mais segura possível (Carlini-Cotrim, 1998). Dessa forma, a redução de danos consiste em atitudes práticas com o objetivo de contribuir para a mudança das concepções moralizantes acerca das drogas, almejando que os usuários sejam respeitados em seus direitos, desejos e necessidades, configurando-se, assim, como uma proposta ética, ligada à promoção da saúde (Maciel & Vargas, 2015).

No que se refere à escola, é importante ressaltar que se o ambiente educativo for de intolerância e autoritarismo e/ou adepto aos princípios e ideário da “guerra às drogas”, criando tabus em torno desse assunto, é provável que não se favoreça a construção do vínculo acima mencionado. Esse vínculo é fundamental na construção de uma atenção singular àqueles que fazem uso prejudicial de substâncias psicoativas.

O debate sobre a redução de danos inevitavelmente acarreta um questionamento das políticas proibicionistas (Fernandes, 2009). Porém, por ser comum a associação entre usuário de drogas, tráfico e marginalidade, preconceitos e resistências são produzidos na aproximação e na adesão a abordagens preventivas pautadas na lógica da redução de danos dentro das escolas. Um dos resultados desses preconceitos é o aumento da distância entre professores e alunos no tocante às questões relacionadas ao álcool e outras drogas (Andreoli, Moreira & Silveira, 2006b).

Nota-se que a escola, ao lado da família, ocupa lugar de destaque na formação e na socialização dos adolescentes, constituindo também um contexto privilegiado de proteção, por

seu potencial na promoção da saúde integral do adolescente. Assim, é relevante destacar que, no Brasil, os programas de prevenção primária na educação datam da década de 1980, coincidindo com as primeiras propostas de redução de danos provenientes do aumento da incidência de HIV/AIDS. Desde sua criação, a prevenção primária foi realizada, especialmente por médicos e policiais, de forma a se buscar evitar o primeiro contato de crianças e adolescentes com as drogas ilícitas (Faria, Faria & Tófilo, 2014).

Como um exemplo da abordagem policial acerca da questão, podemos citar o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), que abrange todos os estados brasileiros. Ele foi uma adaptação, importada dos Estados Unidos, do programa Drug Abuse Resistance Education (Dare), implantada no Brasil em 1992, efetivando estratégias preventivas compatíveis com o ideário da “guerra às drogas”. Nesse sentido, atua como um modelo de “treinamento para resistir”, que pretende instruir os estudantes para evitar o uso de drogas (Faria, Faria & Tófilo, 2014).

Atualmente, conta-se com outros recursos para que os educadores possam lidar, de forma coerente, com o tema das drogas no contexto educacional, com a perspectiva da redução de danos, o que compõe um dos eixos de ação das políticas públicas sobre álcool e outras drogas vigentes. A publicação “Drogas: Cartilha para educadores”, elaborada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), pretende oferecer uma base teórica e prática para que o agir dos professores esteja mais alinhado com a evidência científica do campo da prevenção do uso prejudicial de álcool e outras drogas nas escolas (Brasil, 2011). O Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, por sua vez, é promovido pela Senad, em conjunto com a Secretaria de Educação Básica do

Ministério da Educação (SEB/MEC), e executado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sua finalidade é preparar esses profissionais para a realização de ações preventivas na escola, desenvolvendo estratégias articuladas com outras políticas públicas e qualificando-se para atuar nessa demanda social por meio da criação de um projeto para a escola ao final do curso (Brasil, 2014).

Face ao exposto, torna-se notória a importância do estudo da relação drogas-escola, uma vez que as ações ou omissões empreendidas podem interferir decisivamente no processo ensino-aprendizagem e na socialização em contexto escolar. O tratamento dispensado à questão das drogas nas práticas pedagógicas, bem como o tipo de abordagem promovida pelos professores aos alunos, interessa não só aos envolvidos no cotidiano escolar, mas também à sociedade como um todo. Afinal, a escola exerce um papel fundamental na formação do indivíduo, na construção de projetos de vida e na socialização e inclusão social de crianças e adolescentes.

Metodologia

Inicialmente, foi realizado um levantamento das escolas públicas de Ensino Fundamental em um município localizado na macrorregião administrativa mineira do Campo das Vertentes, mediante contato com a Secretaria Municipal de Educação. Por indicação da gestora do sistema municipal de educação, foram selecionadas duas escolas públicas: uma em que o uso prejudicial de drogas consistiria em um problema emergente e de difícil manejo (Escola A) e outra em que o uso prejudicial, de alguma forma, estaria equacionado (Escola B).

Foi realizado o contato com a direção e supervisão das duas escolas, que autorizaram o desenvolvimento da pesquisa com os professores do 6º ao 9º

ano do Ensino Fundamental como público-alvo do estudo. Houve dificuldades dignas de nota nesse processo de autorização e marcação de reunião com os professores: problemas de comunicação entre a supervisora e os professores da Escola A e, de certa forma, um desinteresse em viabilizar o estudo dentro da escola, apesar da autorização da direção nos dois locais. Além disso, foram necessárias várias ligações e reuniões com a direção e supervisão das escolas, algumas com a presença do orientador da pesquisa, para tentar marcar reuniões e o grupo focal com os professores. Somente após inúmeras tentativas, mal-entendidos e idas à escola, foi possível o agendamento dos grupos focais para a realização do estudo nas Escolas A e B.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa que visa coletar informações de pesquisa por meio de interações grupais e compreender como se formam as concepções de grupos humanos e percepções acerca de tópicos de um tema preestabelecido pelo pesquisador. Por meio do grupo focal, as falas oriundas das discussões grupais têm potencialidade para aprofundar o tema, testar e elaborar teorias a partir da investigação de concepções, atitudes e influências da interação em grupo (Gondim, 2003).

A coleta das informações de pesquisa iniciou-se pela aplicação de um questionário de autopreenchimento contemplando informações sociodemográficas básicas: nome, idade, sexo, estado civil, naturalidade, renda (individual e familiar), religião, tempo de atuação na escola, tempo de atuação como professor(a) e questões relativas a informações sobre as diversas drogas. A seguir, foi apresentado um caso disparador, que abordava uma situação fictícia ocorrida em contexto escolar, na qual professores, direção e servidores da escola tentavam erradicar o uso de drogas ilícitas recorrendo a medidas de

cerceamento e vigilância ostensiva dos alunos. A partir da discussão desse caso, a mediadora (1ª autora) introduziu tópicos para suscitar o debate no grupo focal, com base em um roteiro semiestruturado, abrangendo: capacitação para lidar com a questão das drogas no cotidiano escolar, abordagem do tema na disciplina sob sua responsabilidade, atitudes diante de situações cuja intervenção entendeu ser necessária, participação prévia ou atual em algum projeto de prevenção ou reinserção social para dependentes de drogas e opinião sobre os efeitos desses projetos no cotidiano escolar.

Na Escola A, participaram da entrevista 10 professores e a supervisora, sendo três professores do sexo masculino e sete do sexo feminino. Na Escola B, participaram nove professoras e a diretora da escola. Assim, 21 pessoas participaram da pesquisa. A entrevista na Escola A foi bastante conturbada, possivelmente devido a ela ter ocorrido nos últimos dias de aula do ano letivo de 2013 e os professores estarem em processo de fechamento dos diários de classe. Além disso, eles não haviam sido previamente informados pela direção e a supervisão da escola de que a participação não era obrigatória, conforme esclarecido nos contatos iniciais. Por isso, no início da reunião houve certa confusão sobre a finalidade do estudo e a mediadora esclareceu e reafirmou a não obrigatoriedade da participação. Notou-se que, para a imensa maioria dos professores, participar do estudo naquele momento não era desejável: eles estavam preocupados com o fechamento do ano letivo e impuseram a presença/participação da supervisora para dar início ao grupo focal, o que interferiu sobremaneira no clima psicológico da entrevista. Na Escola B, o grupo focal se deu em uma circunstância mais amistosa, pois houve a oportunidade de a mediadora e de o orientador conversarem previamente

com os professores e marcarem com eles o grupo focal. Além do mais, a entrevista aconteceu no início do ano de 2014, o que facilitou a aceitação e disponibilidade dos professores.

Durante a entrevista na Escola A, houve discussões acaloradas entre os professores e entre um professor e a supervisora, que insistia em lembrar sobre o tempo transcorrido, exigindo silêncio dos professores e pressionando as coordenadoras do grupo focal (que contou com a participação da observadora, segunda autora deste trabalho) para que passassem para os próximos pontos do roteiro, pois eles tinham uma confraternização de fim de ano entre os funcionários da escola com hora marcada para depois da entrevista. Ainda que a entrevista não tenha sido combinada para ocorrer nessas circunstâncias, tendo sido agendada com, pelo menos, três semanas de antecedência, esses fatores manifestaram-se na ocasião do trabalho de campo. Ao contrário, na Escola B a reunião ocorreu conforme combinado e a participação da diretora foi voluntária e espontânea. Além disso, ela contribuiu para que o grupo focal pudesse ser conduzido conforme previsto e sem demasiadas interrupções.

Visto que as participações e discussões dos professores, supervisora (Escola A) e diretora (Escola B) foram diferenciadas, a condução dos grupos sofreu alterações. Na escola A, a pesquisadora (1ª autora) teve que retomar mais vezes o assunto a ser discutido. Isso demandou mais esforço nas transcrições e análise, uma vez que as falas se sobrepunham. Em contrapartida, o processo de transcrição e análise foi favorecido, no caso da Escola B, pelo fato de o grupo focal ter transcorrido sem maiores percalços. Assim, ao se analisarem as informações de pesquisa, isso foi levado em consideração, já que a própria circunstância de ocorrência do grupo focal favoreceu a análise de aspectos

que diziam sobre a dinâmica da escola e da relação professor-aluno-direção.

Nas duas reuniões realizadas com os professores (uma em cada escola), antes do início da coleta de dados, houve um esclarecimento sobre a realização da pesquisa e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, frisando a observância do anonimato, do sigilo e da confidencialidade das informações obtidas. As entrevistas foram registradas em um gravador digital para facilitar a análise e em seguida transcritas pelas pesquisadoras (1ª e 2ª autoras).

Após a conclusão das transcrições, realizou-se uma análise qualitativa das informações de pesquisa baseada no método de análise de conteúdo. Segundo Minayo (2007, p. 27), “o tratamento do material nos conduz a uma busca da lógica peculiar e interna do grupo que estamos analisando, sendo esta a construção fundamental do pesquisador”. Para a análise, as informações foram primeiramente ordenadas, depois classificadas e, por último, analisadas, seguindo as recomendações dessa autora.

Durante a análise, houve a montagem de uma tabela em processador de texto com trechos das falas dos professores, além da utilização de indicadores temáticos e de categorias empíricas que articulavam esses indicadores. A seguir, visando ao tratamento e interpretação das categorias delimitadas, foi realizada a redação de um texto que expressasse os conteúdos subjacentes à fala manifesta, buscando interpretar as falas e dialogá-las com a literatura revisada.

A partir do questionário, observou-se que a média de idade dos professores das duas escolas (A e B) é 43, 50 e 45,2 anos respectivamente. A média do tempo de atuação dos professores na Escola A (11,56 anos) é quase o dobro que a dos professores que

atuam na Escola B (6,67 anos). Em contrapartida, o tempo de serviço total é bastante similar, sendo que os professores da Escola A trabalham há 17,98 anos e os professores da Escola B há 16,43 anos. A maioria dos professores da Escola A se declarou solteiros (54%), e os professores da Escola B casados (50%). Em ambas as escolas a maioria dos professores disseram ter nascido no município onde foi realizada a pesquisa, recebendo individualmente de dois a cinco salários mínimos e tendo renda familiar entre dois a cinco salários mínimos. Esse último dado nos indica que provavelmente a principal renda familiar é o próprio salário dos professores. Outro dado importante é que, na Escola A, a maioria dos professores tem Ensino Superior e, na Escola B, a maioria tem pós-graduação.

Nas duas escolas, em relação aos conhecimentos/informações sobre as diversas drogas (maconha, cocaína, crack, álcool, tabaco, oxi, LSD, anabolizantes, heroína, ecstasy, ópio, solventes, chás alucinógenos, ansiolíticos, anfetaminas e haxixe), a maioria dos professores indicou ter conhecimento sobre sua existência. As drogas que a maioria afirmou saber explicar os efeitos e formas de uso foram: maconha, cocaína, crack, álcool e tabaco. A maior parte dos professores da Escola A informou, ainda, saber os efeitos e formas de uso do ecstasy e de ansiolíticos, e os professores da Escola B dos anabolizantes, solventes e chá alucinógenos. A maioria dos professores, nas duas escolas suspeita que os alunos possam estar fazendo uso de maconha, álcool e tabaco, sendo que, na Escola A, existe também a suspeita, pela maior parte dos professores, de que os alunos possam estar fazendo o uso de cocaína e crack.

É importante ressaltar que esta pesquisa seguiu as exigências das resoluções CNS n° 196/96 e UFSJ/Consu n° 50, de 30 de outubro de

Cordeiro, Isabela de Lourdes Sena; Silva, Deiriele Mara de Almeida; Vecchia, Marcelo Dalla. A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas: O que dizem os professores?

2006, tendo o projeto de pesquisa sido submetido e aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Cepes/UFSJ), conforme Memorando nº 010/2013/UFSJ/Cepes, respeitando todos os aspectos éticos e legais sob a ótica das normas de pesquisa envolvendo seres humanos. Além disso, as pesquisadoras e o orientador (3º autor) se comprometeram a oferecer uma devolutiva à Secretaria Municipal de Educação do município, à direção, à supervisão das escolas e aos professores que participaram do estudo.

Análise e discussão dos resultados

O primeiro núcleo temático corresponde à expressão de que “os professores encontram-se em desvantagem com relação aos deveres do Estado, família e sociedade para lidar com a questão das drogas”. Esse núcleo temático engloba três subnúcleos: “desamparo judicial quando a escola busca lidar com as situações”, “sentimento de que os direitos são mais assegurados aos alunos do que aos professores” e “delegação da responsabilidade para lidar com o uso de drogas dos alunos ao conselho tutelar, ao poder judiciário e à família”. É recorrente, na fala dos professores de ambas as escolas, dizerem que não percebem modificação alguma das situações envolvendo problemas com drogas quando tentam encaminhar a questão aos pais e/ou ao conselho tutelar, havendo um temor em serem mal interpretados e, inclusive, acionados judicialmente. Além disso, eles afirmam que os alunos, hoje, têm mais direitos garantidos que eles próprios e que, em um processo, correm grande risco de perder. Esse núcleo fica evidenciado nas seguintes falas:

Aí é uma questão muito polêmica, porque se eles te processam, é porque eles podem tudo, tem todos os direitos. Está lá no ECA [Estatuto da Criança e do

Adolescente] que eles podem tudo. (Entrevistada 10, da Escola B)

Eu acho, assim... Que a escola é quem está pegando muito, assim... A função de família, de resolver problemas que são da família, ou são base, e acaba que a gente fica sem saber o que fazer. (Entrevistada 1, da Escola B)

Daí a escola convida as crianças para se matricular na escola, aí o pai vem, dessa criança, aqui na escola. Vai no Conselho Tutelar, consegue para ele não sair da escola. (Entrevistada 2, da Escola A)

Enquanto os professores da Escola A expõem situações de tentativa de expulsão de alunos e encaminhamento para os pais ou para o Conselho Tutelar, os professores da Escola B expressam buscar conversar com o aluno e com os pais, prescindindo de medidas punitivas, mostrando diferença na condução das situações. No entanto, nos dois casos, se sentem desprotegidos judicialmente.

Apesar de a família, assistência social e poder judiciário interferirem em níveis e situações diferentes, no cotidiano da escola, os professores não percebem uma ação em conjunto, nem mesmo intersetorialidade entre os três campos citados, relatando a delegação de responsabilidade que ora recai sobre um setor, ora sobre outro. Segundo Ronzani (2013), o ideal seria a articulação entre esses setores, a comunidade local e a área da saúde, criando uma rede com profissionais variados, possibilitando a criação de intervenções/estratégias multifacetadas que englobem a prevenção do uso de drogas e de outros problemas de saúde pública. Foi notório no relato dos professores o sentimento de que são levados a lidar com uma situação para a qual não se encontram capacitados, sequer amparados. Nesse sentido, estabelecem uma diferenciação “eles × nós”, constituindo uma relação de disputa e reprodução de hierarquias tão tradicionalmente marcadas no âmbito escolar.

Cordeiro, Isabela de Lourdes Sena; Silva, Deiriely Mara de Almeida; Vecchia, Marcelo Dalla. A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas: O que dizem os professores?

Outro ponto importante é que quando os professores de ambas as escolas foram indagados sobre quais seriam, para eles, as motivações para a criança e o adolescente fazerem uso de drogas, o principal fator manifestado foi a falta de acompanhamento dos pais ou responsáveis. Para Baus, Kupek e Pires (2002), a família assume um lugar de destaque na relação da criança e do adolescente com as drogas, pois a acentuada instabilidade no ambiente familiar, como a exposição continuada a conflitos conjugais de seus pais, é um dos fatores que pode estar relacionado ao uso prejudicial de drogas. Em contrapartida, os mesmos autores apontam que a expressão de afetos positivos, o interesse pelos filhos, a dedicação de tempo dos pais e um acompanhamento do seu desenvolvimento psicossocial têm relação com a recusa ao uso de drogas. Da mesma forma, o levantamento realizado pelo Cebrid (2004) indica que uma ligação afetiva positiva entre pais e filhos tende a ser fator de proteção ao uso prejudicial de drogas, com exceção do álcool e do tabaco. Apesar disso, não se deve culpar a família: há outros fatores de risco e proteção ligados ao uso de drogas e eles estão presentes em toda a sociedade, inclusive no ambiente escolar. Tais fatores de risco e proteção não são determinantes isolados do uso prejudicial (Ronzani, 2013).

O segundo núcleo identificado foi nomeado como “os professores sentem-se incapazes de lidar com o problema, o que os leva a o verem como banalizado nas escolas”. Esse núcleo temático engloba três subnúcleos: “sentimento de insuficiência da formação para lidar com o tema das drogas com os alunos”, “desmotivação diante da impotência para lidar com as situações que envolvem uso de drogas” e “banalização do uso e do tráfico de drogas na escola”. Nas falas dos professores, evidencia-se a dificuldade em lidar com as situações e saberem o

que fazer. Afirmam não ter nenhum preparo, nem qualquer confirmação a respeito de estarem ou não agindo corretamente, fazendo o que acham ser possível no momento ou simplesmente ignorando a questão. Para exemplificar esse núcleo, seguem algumas falas:

O tráfico de drogas – infelizmente, gente – é uma realidade social que está dentro da escola agora e a gente tem que aprender a conviver com ele. Eu não vou enfrentar o menino. (Entrevistada 7, da Escola A)

Em relação ao W., eu vi ele ali na porta com o coração rachado. Mas o que, que eu podia fazer por ele? Nada. Essa é a impotência que deixa a gente... (Entrevistada 9, da Escola B)

Os professores já são resistentes, em sua grande maioria. Aqueles que querem não dão conta de fazer o que precisa, porque não tem curso, não tem nada. (Entrevistado 11, da Escola A)

A partir dessas falas, nota-se a necessidade da inclusão na formação dos professores de uma preparação para lidar com os possíveis problemas que envolvam a escola, levando a uma discussão e reflexão a respeito de questões tal como o uso de substâncias psicoativas. Dessa forma, as estratégias de formação contextualizariam a realidade da atuação do professor. Quando indagados acerca da participação em projetos de prevenção dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, informam terem assistido a palestras de um projeto promovido por uma entidade do município que acolhe dependentes de drogas para tratamento. Contudo, essa atividade teria ocorrido há mais de 10 anos, e citam o Proerd, que, no entanto, é voltado somente para os alunos. Opinam que o Proerd é importante, porém muito pontual, abrangendo apenas um período específico da trajetória escolar do aluno.

Em relação à presença do assunto “drogas” nas disciplinas, na Escola A, isso se restringia às matérias de História, Geografia e Ciências, sendo

abordado isoladamente. Na Escola B, notou-se uma tentativa de trabalho interdisciplinar envolvendo as matérias de Português, Ciências, Ensino Religioso e Inglês. Enquanto na Escola A relatou-se que o tema era tratado com informações comportamentais, biológicas e de cunho moral, havendo o receio de que falar sobre o assunto seria uma forma de estimular os alunos a fazerem uso, na Escola B, além de haver a transmissão de informações, os professores relatam terem tentado fazê-lo utilizando uma linguagem mais próxima dos alunos e buscando uma reflexão sobre o tema.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), o assunto “drogas” é recorrente como Tema Transversal de Saúde, sendo sua abordagem não restrita, portanto, a uma disciplina específica (Brasil, 1998). Para o Ministério da Educação (MEC), a posição que deve ser tomada pelos professores é a de uma prevenção inespecífica, educativa e não discriminativa dos alunos que têm ou tiveram contato com substâncias psicoativas. Frisa-se que o trabalho de prevenção nas escolas deve ser de médio e longo prazo e baseado no diálogo, reflexão e acolhimento por parte dos professores. Assim, eles não precisam ser especialistas no problema, nem mesmo prever em seus programas de ensino aulas destinadas exclusivamente à transmissão de informações acerca das diferentes drogas.

O terceiro e último núcleo encontrado aponta que “os professores lidam com o problema do uso de drogas de modo compatível com a visão que a escola tem do aluno e da comunidade”. Quatro subnúcleos compõem esse núcleo: “culpabilização e estereotipia dos usuários pelos professores”, “medo das reações do aluno que faz uso de drogas e que pode também estar envolvido com o tráfico”, “intolerância

diante do uso, enfatizando medidas repressivas” e “empatia e acolhimento diante do uso, buscando manter o vínculo com o aluno e o aconselhando”.

Por meio do grupo focal, percebemos uma diferenciação na forma de lidar com os alunos que têm algum envolvimento com as drogas, dependendo da escola/região de residência. Uma particularidade emergente no trabalho de campo foi que, sem que as pesquisadoras tivessem conhecimento, participaram do grupo focal realizado na Escola B duas professoras que já haviam lecionado na Escola A. Esse fato, imprevisto, contribuiu decisivamente para a identificação desse núcleo, afinal, elas relataram posicionar-se de forma diferente sobre o assunto, dependendo da escola.

Foi possível perceber que os alunos da Escola A, supostamente envolvidos com drogas por serem moradores de uma região periférica da cidade, eram tratados com base em determinados estereótipos formulados pelos professores a seu respeito: envolvidos com o tráfico, violentos e potencialmente criminosos, gerariam medo e dificultariam a aproximação dos professores. Já os alunos da Escola B, por residirem na zona rural do município e, por isso, supostamente, não terem uma relação cotidiana com as drogas ilícitas ou com pessoas que fazem o uso prejudicial, eram considerados mais fáceis de lidar e de se aproximar. A seguir seguem algumas falas que ilustram o núcleo:

Mas só que você não pode se envolver com este tipo de aluno. Porque você sabe que ele usa, mas não é só um uso. Esse aluno que usa, a maioria deles são violentos. (Entrevistado 4, da Escola A)
Se usa na escola, sabe que não pode: manda embora, suspensão. Segue o regimento da escola e pronto. (Entrevistada 8, da Escola A)
Porque o seguinte: todos os alunos que a gente [sabe que] tem problema sério com droga, da minha parte, eu me aproximo

Cordeiro, Isabela de Lourdes Sena; Silva, Deirielly Mara de Almeida; Vecchia, Marcelo Dalla. A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas: O que dizem os professores?

muito deles (...) eu falo claramente com eles. (Entrevistada 10, da Escola B)

Por causa de um grupinho, um grupinho de cinco, seis ou sete alunos, prejudica o resto da escola inteira. (Entrevistado 4, da Escola A)

Visto que na Escola A havia mais receio de aproximação devido ao medo e a estereotipia, os relatos envolvem a adoção de medidas repressivas e punitivas. Já na Escola B, as professoras, na suspeita de algo estar ocorrendo com um determinado aluno, independentemente de tratar-se de um problema relacionado ou não com drogas, manifestaram em suas falas tentativas de aproximar-se e procurar criar um vínculo para ajudá-los.

Segundo Ronzani (2013), com a criação de estereótipos, há a caracterização de indivíduos de determinado grupo a partir de uma qualidade que é julgada e generalizada a todos do grupo como típico daquelas pessoas, desconsiderando a subjetividade de cada membro do grupo. Isso leva a uma estigmatização que acaba vinculando o usuário de drogas à violência e ao tráfico. Dessa forma, como consequência, os professores receiam uma aproximação, dificultando o uso de estratégias e intervenções preventivas que poderiam ser eficazes.

Não se pode considerar o sistema escolar como neutro: ele pode servir tanto para reproduzir ideologias dominantes quanto para ressignificá-las e, por isso, as escolas têm um papel fundamental na sociedade no sentido da garantia de direitos e justiça social. Quando o professor usa o seu conhecimento como poder hierarquizado, na tentativa de controlar e direcionar a relação, sem pensar na qualidade dessa relação e se o conhecimento transmitido fez sentido para os alunos, cria obstáculos à aprendizagem e à construção de conhecimento. Em contrapartida, a participação dos alunos, o ouvir e o

incentivo a refletir na busca de soluções geram confiança e auxilia os jovens a tomar decisões de forma pensada, crítica. Dessa forma, é possível diminuir as vulnerabilidades que permeiam o contexto social e desconstruir discursos prontos que afetam a realidade e deslegitimam os direitos dos alunos como cidadãos (Brasil, 2014).

Considerações finais

A análise das entrevistas permitiu notar que vários setores da sociedade (família, assistência social e poder judiciário) buscam intervir no cotidiano da escola; porém, não são realizadas ações em conjunto, ou, pelo menos, não há relato dos professores entrevistados a seu respeito. O trabalho intersetorial seria uma abordagem ideal diante de uma demanda tão complexa, possibilitando a convergência de esforços entre esses e outros setores para a criação de estratégias de intervenção. Além disso, conforme indicado previamente, a posição do MEC nos PCN é que a questão do uso de álcool e outras drogas deve ser abordada em qualquer disciplina por meio de diálogos e reflexões não discriminativas (Brasil, 1998). Apesar dessas recomendações, notou-se a dificuldade e falta de preparo dos professores para lidar com esse quesito. Dessa forma, ficou evidenciada a necessidade da inclusão desse assunto na formação inicial e continuada dos professores.

O educador também poderia contar com a colaboração de profissionais de saúde para ajudá-lo a desmitificar os tabus envolvidos na questão, levando em conta os sentimentos e as vivências dos alunos. O Programa Saúde na Escola (PSE), quando implantado de forma articulada entre as escolas e os serviços de atenção primária à saúde (unidades básicas de saúde, com ou sem equipes de Saúde da Família), são parcerias importantes na

condução de estratégias de prevenção ao uso de álcool e outras drogas (MS, 2002).

Além disso, devido à associação drogas-tráfico, no contexto do atual regime proibicionista, dependendo da localidade da escola, os professores expressam medo de se envolverem e se aproximarem dos alunos que supostamente estariam fazendo uso de alguma droga. Por isso, percebeu-se que as medidas tomadas (de intolerância ou acolhimento) mostraram alguma associação com a escola na qual os professores estavam atuando. Nesse sentido, vale registrar que as zonas rurais têm algumas especificidades, pois em algumas o uso de álcool e tabaco pode se iniciar mais cedo, por questões culturais. Além disso, o tráfico não está colocado como um “inimigo principal”, o que vai incidir na ausência da criminalização dos usuários e na posição dos professores ao abordarem o tema na escola. Assim, ficou clara a estereotipia formada sobre os usuários de substâncias psicoativas ilícitas ligando-os à violência, o que atrapalha a aproximação, criação de vínculo e aumenta a resistência/distância entre os professores e alunos. Não obstante, tudo isso aponta a necessidade de consolidação de intervenções de base comunitária que possibilitem uma maior integração da escola com o cotidiano da comunidade na qual se encontra.

Esse fato é preocupante porque pode levar a uma segregação dos alunos que fazem o uso de drogas. A escola não deve ter um papel de julgamento moral, nem servir de exemplo para a exclusão social, pois dessa forma ela perpetua o preconceito e criminaliza os problemas sociais. É necessário levar em consideração a atual situação dos professores: eles parecem se encontrar insatisfeitos, mal remunerados, e se sentem desprovidos de proteção e de autoridade para lidar com o assunto (Medeiros, 2006). Dessa forma, o afastamento no relacionamento com os

alunos, a banalização do problema e a culpabilização dos alunos usuários parecem ser formas de proteção diante da insuficiência de sua formação para lidar com o tema e a desmotivação diante dessa impotência. Faz-se necessário repensar a formação dos professores e o modelo tradicional de escola, pois os estes sozinhos não estão dando conta das diversas situações que nela ocorrem.

Finalmente, nota-se que a redução de danos emerge como uma estratégia pragmática, tolerante e acolhedora para se trabalhar a questão do uso de drogas no âmbito escolar. Por meio dela, pode-se estabelecer a possibilidade da construção de uma rede de cuidados envolvendo professores e alunos. Nessa perspectiva, são oferecidas possibilidades de se reduzir os possíveis danos causados pelo uso de drogas (Faria, Faria & Tófilo, 2014). O professor, nessa perspectiva, não se envolve em uma guerra em nome da abstinência do uso de álcool e outras drogas, mas procura oportunizar circunstâncias nas quais a reflexão torna-se possível, porque necessária. Ao se deixar de lado o controle e a proibição, alcançam-se resultados sobre a prevenção, já que se permite o diálogo e a ascensão de novas questões relacionadas com o tema.

Referências

- Andreolli, S. B., Moreira, F. G., & Silveira, D. X. (2006a). Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da Escola Promotora de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3), 807-816.
- Andreolli, S. B., Moreira, F. G., & Silveira, D. X. (2006b). Situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas escolas públicas da cidade de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, 40(5), 810-817.
- Baus, J., Kupek, E., & Pires, M. (2002). Prevalência e fatores de

Cordeiro, Isabela de Lourdes Sena; Silva, Deirielly Mara de Almeida; Vecchia, Marcelo Dalla. A escola diante do aluno que faz uso de álcool e drogas: O que dizem os professores?

- risco relacionados ao uso de drogas entre escolares. *Revista de Saúde Pública*, 36(1), 40-46.
- Brasil. Ministério da Educação. (1998). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Brasília: Autor.
- Brasil. Ministério da Saúde [MS] (2002). A promoção da saúde no contexto escolar. *Revista de Saúde Pública*, 36(4), 533-535.
- Brasil. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. (2011). *Drogas: Cartilha para Educadores*. Brasília: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Brasil. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. (2014). *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Carlini-Cotrim, B. (1998). Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In Aquino, J. G. (Org.). *Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas* (2a ed.). (pp. 19-30). São Paulo: Summus Editorial.
- Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas [Cebrid] (2004). *V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras*.
- Faria, E. C., Faria, P. H., & Tófilo, L. F. (2014) A redução de danos como estratégia educacional na sociedade de consumo. *Revista Espaço Ética: Educação, Gestão e Consumo*, 1(3), 34-41.
- Fernandes, L. O que a droga faz à norma. (2009). *Toxicodependências*, 15(1), 3-18.
- Gondim, S. M. G. (2003) Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), 149-161.
- Maciel, M. E., & Vargas, D. (2015). Redução de danos: uma alternativa ao fracasso no combate às drogas. *Cogitare Enfermagem*, 20(1), 207-210.
- Medeiros, R. (Org.). (2006). *A escola no singular e no plural: um estudo sobre violência e drogas nas escolas*. Belo Horizonte: 3ª Margem.
- Minayo, M. C. S. (2007). *O desafio da pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (26a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Müller, A. C., Paul, C. L., & Santos, N. I. S. (2008). Prevenção às drogas nas escolas: uma experiência pensada a partir dos modelos de atenção em saúde. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 607-616.
- Ronzani, T. M. (Org.). (2013). *Ações integradas sobre drogas: prevenção, abordagens e políticas públicas*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF.

Recebido em 20/10/2014

Aprovado em 12/02/2016